

INVESTIGAÇÃO COM CRIANÇAS: REFLEXÃO SOBRE A ESCUTA DAS VOZES DAS CRIANÇAS ATRAVÉS DE PROCESSOS DE ENTREVISTA

*Research with children: Reflection on the listening
of children's voices through interviewing processes*

Amélia MARCHÃO
Instituto Politécnico de Portalegre – Portugal
Correo-e: ameliamarchao@esep.pt

Helder HENRIQUES
Instituto Politécnico de Portalegre – Portugal
Ceis20 – Universidade de Coimbra
Correo-e: helderhenriques@esep.pt

Recepción: 13 de febrero de 2017
Envío a informantes: 22 de marzo de 2017
Aceptación definitiva: 22 de abril de 2017

RESUMO: Neste texto expomos a escuta das vozes das crianças como parte integrante dos processos de investigação em educação, assumindo a criança o estatuto de sujeito de investigação. A partir de trabalhos de investigação de âmbito académico orientados pelos autores, destacam-se e valorizam-se as entrevistas com crianças, desenvolvendo-se neste quadro um processo de reflexão sobre a sua realização e pertinência enquanto estratégia de construção do conhecimento mais alargado da criança e da infância, através da expressão das suas ideias e significados sobre o quotidiano e sobre o mundo em geral. Deste modo, fundamos a pertinência de entender a criança como sujeito de investigação e, ao longo do texto, destacamos o processo de escuta através de entrevistas a crianças em idade pré-escolar, focando os desafios que se colocam sobre as mesmas, durante os trajetos de investigação.

PALAVRAS-CHAVE: crianças; investigação; entrevistas; conhecimento.

ABSTRACT: In this paper we expose the listening of the voices of children as an integral part of the research processes in education, taking the child the status of research subject. From research works of academic scope oriented by the authors, the interviews

with children stand out and are valued, being developed in this framework a process of reflection on its implementation and relevance while building strategy of the wider knowledge of the child and the childhood, through the expression of their ideas and meanings of everyday life and the world in general. In this way, we found the pertinence of understanding the child as a subject of research and, throughout the text we highlight the process of listening through interviews to preschool children, focusing on the challenges that arise on them during the course research¹.

KEY WORDS: children; research; interviews; knowledge.

1. Introdução

A INFÂNCIA É HOJE RECONHECIDA COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL contextualizada «em relação ao tempo, ao local e à cultura» (Dahlberg, Moss e Pence, 1999: 71) e, concomitantemente, a criança é encarada como um ator social que participa da construção da sua própria vida, determinando-a com atividade e função e com voz própria ou, nas palavras de Malaguzzi, citado por Dahlberg, Moss e Pence (1999), a criança «é rica em potencial, forte, poderosa, competente» (p. 71) e, por consequência, ela é «uma pessoa com agência [...] que lê o mundo e o interpreta, que constrói saberes e cultura, que participa como pessoa e como cidadão na vida da família, da escola, da sociedade» (Oliveira-Formosinho, 2007: 27).

Neste sentido, e no âmbito de pedagogias em que a criança é a figura central, aceita-se a competência da criança e entendemo-la como um ser com direitos e com agência pelo que colocamos os processos de escuta das vozes das crianças no centro da investigação em educação de infância. Tal facto, permite-nos perceber diferentes concepções e ideias sobre o mundo em que a criança vive e que a rodeia e, desse modo, potenciam-se formas de agir mais responsivas aos seus interesses, necessidades e direitos. A este propósito, evocamos as palavras de Vasconcelos (2016) que refere que «a investigação com crianças começou a ganhar sentido e o respeito da comunidade académica, porque finalmente se reconheceu na criança a capacidade de “se ocupar de coisas sérias” à maneira do Príncipezinho» (p. 95). Grande parte de nós já percebeu a criança como parceira, como sujeito de investigação e de direitos, que permite ampliar o conhecimento sobre ela própria e sobre os contextos em que coabita.

Assim, é intento principal deste texto refletir sobre o interesse das entrevistas na escuta das crianças em idade pré-escolar e, desse modo, promover a construção mais efetiva do conhecimento das crianças e em educação de infância, obtendo esse conhecimento a partir das suas ideias, ao invés de um conhecimento da infância apenas construído sob a ótica dos adultos. Mais do que plasmar os discursos das crianças obtidos através das entrevistas, importa-nos neste artigo declarar o uso das entrevistas como processo de escuta sistematizada e construtora de conhecimento, a assumir na hodiernidade. Apresenta-se, pois, o resultado de um trabalho reflexivo apoiado na articulação entre concepções e quadros teóricos (científico-metodológico-praxeológico) e os trajetos de orientação desenvolvidos num quadro de investigação académica.

¹ Tradução de Vanda Ribeiro, docente do Instituto Politécnico de Portalegre.

2. Da escuta das crianças ao conhecimento das suas ideias e concepções

Nos últimos cinco anos, num quadro de investigação académica, os autores deste texto têm vindo a desenvolver processos de orientação de investigação em educação e formação de educadores/as e professores/as em que um conjunto alargado de mestrandos/as tem sido incentivado a escutar as crianças através de entrevistas e a considerarem, desse modo, a relevância da sua escuta como processo de construção de conhecimento da própria criança e da infância. A suportar essa relevância destacam-se por um lado alguns quadros concetuais (Kishimoto e Oliveira-Formosinho, 2013; Marchão e Portugal, 2014; Marchão, 2012; Oliveira-Formosinho e Formosinho, 2013; Oliveira-Formosinho, 2008; Pinazza e Kishimoto, 2008; entre outros) e, por outro lado os processos (Folque, 2012; Graue e Walsh, 2003; Henriques e Marchão, 2016; Kinney e Wharton, 2009; Marchão e Henriques, 2014; Máximo-Esteves, 2008; entre outros) e os resultados dessas mesmas investigações académicas (Alvanel, 2015; Bento, 2011; Cabral, 2015; Cruz, 2012; Duarte, 2013; Fitas, 2012; Prates, 2014).

Neste quadro investigativo destaca-se a realização de entrevistas a crianças em idade pré-escolar (aqui apenas considerado um conjunto de 115 entrevistas), ouvindo-as e interpretando as suas concepções e ideias sobre, entre outros temas, a participação da família nas atividades do jardim de infância, sobre a transição para o primeiro ciclo do ensino básico, sobre a avaliação e, de modo mais alargado, sobre a igualdade de oportunidades (identidade e papéis de género).

2.1. O quadro concetual de referência

Do ponto de vista concetual preside a argumentação e o entendimento da criança como uma pessoa com direito à participação, como cidadã e que tem agência (Kishimoto e Oliveira-Formosinho, 2013). Concomitantemente acredita-se e aceita-se a sua atitude exploratória e aberta ao mundo, a sua autonomia e a iniciativa própria, a par da sua capacidade e competência para tomar decisões, através de uma atitude crítica que vai aprendendo a construir (Marchão, 2012) em contextos sistémicos, onde a sua «voz» e a sua iniciativa ocupam lugar de destaque e grande parte do tempo, permitindo-lhe um estatuto principal e central. Esta aceitação leva a que a criança beneficie a construção da sua personalidade e a trajetória de aprendizagens, surgindo a escuta da sua voz como um «instrumento» que ajuda os adultos a criarem ambientes educativos emancipatórios e favorecedores da emergência completa da criança e da sua identidade social e cultural.

Na verdade, quando consideramos a criança com um estatuto central assumimos os processos de escuta como promotores da emergência da criança e assumimos que elas têm direito a ser ouvidas e que nos dizem e «contam» «coisas» importantes e que nós adultos «precisamos de capacidade para entender as [suas] mensagens» (Kinney e Wharton, 2009: 21). Oliveira-Formosinho e Formosinho (2013) salientam que «a escuta é um processo de ouvir a criança sobre a sua colaboração no processo de coconstrução do conhecimento, isto é, sobre a sua colaboração na codefinição da sua jornada de aprendizagem» (p. 208) e que, por isso, esse processo deve ser sistemático e contínuo a fim de permitir conhecer a criança, as suas ideias e concepções sobre o mundo que a rodeia. É também aceitar que a criança «vive e tece a história» (Pinazza e Kishimoto, 2008: 8).

Esta linha de pensamento e de ação em que se assume a competência da criança é o ponto de partida para também a aceitar como sujeito de investigação ativo, que tem concepções e opiniões sobre a realidade e, desse modo, pode contribuir para a construção do conhecimento, para a inovação e melhoria da qualidade das respostas sociais e educativas (Henriques e Marchão, 2016; Marchão e Henriques, 2014). Em Portugal, e recorrendo à excelente explanação de Vasconcelos (2016) sobre a investigação com crianças, têm surgido nos últimos anos trabalhos de investigação em que a criança é sujeito de investigação. A autora (Vasconcelos, 2016) destaca os contributos de investigadoras portuguesas, entre as quais Ferreira (2004), Folque (2010, 2012), Oliveira-Formosinho e Araújo (2004), e Tomás (2011).

A estes contributos, embora tenham menos relevo, juntamos outros que têm vindo a ser produzidos em ambiente académico sob a forma de pequenos trabalhos e, entre eles, os que servem de mote à reflexão que temos vindo a produzir (Alvanel, 2015; Bento, 2011; Cabral, 2015; Cruz, 2012; Duarte, 2013; Fitas, 2012; Prates, 2014).

Nestes trabalhos valorizou-se a participação efetiva da criança como sujeito de investigação, registando e interpretando as suas vozes, num exercício reflexivo, complexo e de confronto entre essas mesmas vozes e os significados consentidos no pensamento do adulto, investigador/a comprometido/a eticamente em toda a trajetória de investigação. Nesse compromisso ético, de respeito pela participação das crianças na investigação, foi necessário o seu consentimento e, pela sua menoridade, foi também necessário o consentimento dos/as encarregados/as de educação, assumindo deste modo um total respeito pela criança e pelos seus direitos como pessoa e como sujeito de investigação, não a expondo e não a comprometendo.

Como instrumento de recolha das vozes das crianças sustenta-se, assim, a defesa do uso das entrevistas com crianças quando queremos conhecer o que estas pensam e entendem «sobre o mundo» ou quando queremos que as crianças falem do que sabem (Graue e Washl, 2003) ou do que gostam e entendem importante.

2.2. *O processo: entrevista com crianças em idade pré-escolar*

É à luz do quadro concetual que ora se sintetizou que se delinearão os trajetos de investigação e, de modo particular, as entrevistas a realizar com as crianças, assumindo uma forma sistematizada de escutar as concepções e as ideias sobre temas do seu quotidiano, analisando-as e interpretando-as num quadro metodológico de índole qualitativo, descritivo e interpretativo.

Os estudos qualitativos objetivam a descoberta, a identificação e descrição aprofundada bem como a interpretação e tentativa de explicação dos objetos, dos sujeitos e dos contextos onde estes se incluem (Henriques e Marchão, 2016) e «o material básico da investigação qualitativa é a palavra que se expressa no falar quotidiano, tanto a nível das relações quanto ao nível dos discursos» (Vilelas, 2009: 107). Na essência destes estudos está declaradamente a necessidade de conhecer e compreender os sujeitos e os contextos, preocupando-se o/a investigador/a pela sua descrição e por todo o processo, pretendendo responder aos porquês e ao quê dos acontecimentos/factos e das situações contextuais.

No quadro da investigação qualitativa, por via dos estudos etnográficos, da investigação-ação ou do estudo de caso (as investigações orientadas a que nos reportamos

situam-se claramente nos dois últimos tipos), colocamo-nos na urgência da investigação com crianças e não sobre as crianças. Como refere Vasconcelos (2016).

A investigação *com* crianças... é antes de tudo *dar voz* às crianças, criar contextos em que elas possam falar de si, de modo a que a investigadora possa devolver à comunidade científica os pontos de vista dessas mesmas crianças sobre o problema em estudo, através do *espelho* que é a interpretação da investigadora (p. 97).

Na resenha dos/as autores/as que temos vindo a evocar, e também da nossa própria experiência, no quadro de investigação com crianças o/a investigador/a precisa de ter consciência da complexidade quer epistemológica quer metodológica da mesma e precisa de se libertar de estereótipos que socialmente se têm construído sobre as crianças, nomeadamente a visão da criança como uma tábua rasa, sem história de vida e sem competência ou pensamento, que faz da criança um ser sem conhecimentos implícitos ou emergentes.

Ultrapassada essa visão estereotipada, e assumida a complexidade da investigação com crianças, urge, do ponto de vista do mapeamento da investigação, decidir, num quadro de ética, sobre os instrumentos ou técnicas apropriadas para escutar e registar a sua voz. Várias hipóteses podem ser utilizadas e combinadas entre si – falamos por exemplo da observação participante, das entrevistas ou da documentação das crianças.

Nas investigações orientadas a que nos temos referido, as entrevistas assumiram grande destaque e, para além de terem sido gizadas a partir dos ideários de autores de referência em matéria de investigação qualitativa e da entrevista enquanto instrumento de recolha de dados (entre outros, Bogdan e Biklen, 1994; Carmo e Ferreira, 1998; Mertens, 1998; Sousa, 2005; Vilelas, 2009), foram também gizadas a partir de quadros mais particularizados em entrevistas com crianças (entre outros, Folque, 2012; Graue e Washl, 2003; Máximo-Esteves, 2008; Oliveira-Formosinho e Araújo, 2008; Oliveira-Formosinho, 2008).

Nesse particular foi assumido que a entrevista, enquanto processo de escuta das crianças, se torna especialmente importante quando permite perceber «o significado do mundo [tal como] é construído por quem nele vive» (Máximo-Esteves, 2008: 94) e, por isso, o/a investigador/a deve preparar a entrevista de forma rigorosa e criteriosa, optando pela entrevista semiestruturada como, por exemplo, Máximo-Esteves (2008) recomenda, e observando algumas particularidades (Folque, 2012; Graue e Walsh, 2003; Marchão e Henriques, 2014). Nesse sentido, o guião orientador da entrevista deve ser flexível e passível de ser adaptado ao longo da entrevista e, na senda das ideias de Graue e Walsh (2003) e de Máximo-Esteves (2008), ter como ponto de partida e de desenvolvimento da entrevista uma narrativa de apoio.

Necessariamente referimo-nos, com destaque, à experiência reflexiva e ao conhecimento do/a entrevistador/a e à necessidade de conhecer a criança (no que ao seu desenvolvimento diz respeito), à aceitação da criança como pessoa competente, e à competência interativa, de diálogo que é preciso desenvolver na relação com a criança entrevistada, quer ao nível da adequação da linguagem quer do conteúdo da entrevista. Neste particular, os/as investigadores/as juniores precisam de formação e precisam de se sentir bem com as crianças, de passar com elas algum tempo e de com elas criarem laços, de maneira a que, no momento da entrevista, as crianças sintam confiança e desbloqueiem a sua voz em respostas que vão para além do «sim» ou do «não».

Mormente, releva-se a necessidade de o/a entrevistador/a ser alguém que aceita a criança como sujeito de direitos e entenda a investigação com crianças de modo diferente da investigação com adultos. Como salienta Vasconcelos (2016), a investigação com crianças levanta problemas e dilemas específicos «não só porque os adultos têm as suas próprias percepções sobre as crianças e porque as crianças têm uma posição “marginal” na sociedade, mas, também, porque elas são basicamente diferentes dos adultos» (p. 98).

Ainda no quadro das competências necessárias para entrevistar crianças mais novas importa não cometer erros (Oliveira-Formosinho e Araújo, 2008), designadamente assumir que as crianças são imaturas incapazes de pensar e expressar as suas ideias e assumir que as crianças percebem a «situação da entrevista tal como os adultos a percebem» (Oliveira-Formosinho e Araújo, 2008: 21).

Na realização das entrevistas com as crianças é preciso pensar e organizar o contexto onde a entrevista se vai realizar, pois este pode determinar as respostas das crianças, devendo o mesmo ser-lhes familiar e não lhes provocar medos, receios ou ansiedade. Num contexto familiar e do seu quotidiano, as respostas são mais significativas, são mais ricas em pormenores e acontecem com uma maior fluência e intensidade. No caso dos estudos que alimentam a nossa reflexão, o contexto escolhido foi o jardim de infância e propiciou serenidade, motivação e disponibilidade para «ser entrevistado/a», o que nos leva a assumir o contexto educativo como contexto adequado para a consecução das entrevistas.

No que aos procedimentos diz respeito deve considerar-se:

- (i) a oportunidade de a conversa decorrer com uma só criança, com um par, com uma tríade ou com um grupo. No caso dos estudos que servem para os propósitos desta reflexão, todas as entrevistas foram individuais e todas elas se realizaram quando investigadora e crianças já se conheciam, já tinham estabelecido elos relacionais com alguma consistência e em que a confiança já imperava. Pensamos que esta consistência e confiança se tornaram condições fundamentais para a fluência dos diálogos e para que as crianças se soltassem nas suas vozes e na expressão das suas ideias e significados sobre o que lhes era perguntado;
- (ii) o recurso a objetos de apoio (um brinquedo, uma fotografia, uma narrativa...), podendo formular-se questões hipotéticas (tornando a entrevista numa situação de faz de conta) e devendo formular-se questões na terceira pessoa. Em todas as investigações de referência, foram construídas narrativas a partir das quais se colocaram às crianças situações dilemáticas ou se colocaram questões na terceira pessoa;
- (iii) o tempo, devendo as entrevistas ser curtas e rápidas e devendo ocorrer num momento adequado, oportuno – «não é boa estratégia entrevistar crianças quando elas têm à sua disposição actividades mais interessantes» (Graue e Walsh, 2003: 143).

Previamente importa preparar com acuidade a entrevista, manifestando para com a criança confiança de modo a que «o diálogo [...] se torne um processo de compreensão e de cativação do outro para a problemática da pesquisa» (Vasconcelos, 2016: 80). Este particular, a manifestação de confiança para com a criança conjugado com a adequabilidade do contexto, é determinante para a naturalidade do diálogo e dele depende

grandemente a fluência da articulação pensamento-linguagem da criança. Como a autora ainda salienta, é preciso «entrar num certo tipo de cumplicidade [...] para aprender mais sobre o seu contexto, a sua cultura, os seus saberes» (p. 99) e o significado que atribuem ao que está perto, ao que está mais distante, mesmo que corresponda ao seu imaginário. Esta mesma cumplicidade influi na vontade da criança participar e aceitar realizar a entrevista, o que de modo unânime aconteceu nos estudos evocados, destacando-se até um certo «orgulho» das crianças por serem entrevistadas, sentindo-se valorizadas e com «importância».

Não cuidar metodologicamente e em termos relacionais a entrevista e o momento da sua realização podem, como destacam Oliveira-Formosinho e Araújo (2008: 19), «fazer perigar a validade dos dados colectados». Também o recurso ao gravador áudio, nas entrevistas dos estudos orientados e aqui evocados, se mostrou importante e fundamental para garantir a fidedignidade da voz expressiva do pensamento da criança, para a entusiasmar e estimular a participar, «pela possibilidade de devolução imediata das «vozes» aos actores e pela sua audição repetida e uso continuado» (Ferreira, 2004: 56).

Oliveira-Formosinho e Araújo (2008) relacionam a validade dos discursos registados com os procedimentos, o tema/conteúdo e questões da entrevista, as competências do/a entrevistador/a e a sua capacidade de reflexão, bem como com a adequabilidade do contexto onde entrevistador e criança interagem em diálogo.

À semelhança da recomendação feita pelas autoras sobre a necessidade de pensar a triangulação de dados, nas entrevistas desenvolvidas nos estudos orientados pelos autores deste artigo, houve a preocupação de conjugar a escuta das crianças com outras formas de recolher dados, bem como escutar outros intervenientes – referimo-nos à observação participante e a entrevistas e ou questionários que concomitantemente foram realizados a adultos (pais, mães, educadoras e outros, variando de estudo para estudo). A análise da documentação das crianças (fotografias, desenhos, registos de várias atividades...) também em muito facilitou uma reflexão mais efetiva e uma interpretação das ideias e significados atribuídos pelas crianças com maior consistência e coerência. Esta triangulação de opiniões de outros sujeitos de investigação, e em particular a análise da documentação, permite desnudar alguma resposta dada pelas crianças que derive do seu desejo de agradar ao adulto.

A este propósito, cita-se da investigação de Prates (2014) que

na opinião de entrevistadora, ficámos com a noção de que as crianças estavam interessadas em responder assertivamente. No final da entrevista, a maior parte das crianças tinha a preocupação de perguntar se tinham respondido bem [...]. Queremos com isto salientar que [...] [a criança] tem consciência do que é um comportamento socialmente desejado, manifestando-o através da resposta que ela pensava que a entrevistadora esperava ouvir (p. 84).

As entrevistas com crianças adquirem, assim, uma validade metodológica mais efetiva quando conjugadas com outro tipo de instrumentos e fontes de recolha de dados, incluindo os aplicados a outros sujeitos de investigação que não as crianças.

A fase da análise e da interpretação das vozes das crianças corresponde a outro momento de grandes desafios e complexidades em que a voz subjetiva do/a entrevistador/a corre o risco de se sobrepor à voz dos sujeitos de investigação. Para combater tal sobreposição, para além dos conhecimentos e competências antes evocadas, o/a

investigador/a precisa revelar uma atitude reflexiva e ética elevada para desenvolver um processo analítico-interpretativo contextualizado, que releve os significados efetivos e não sombreados por um sentido «adultocêntrico» (pelas ideias e pensamentos do adulto) das vozes, ideias e pensamentos das crianças.

Sabemos que o processo interpretativo será «sempre no sentido de buscar o que se esconde sobre a aparente realidade, o que significa verdadeiramente o discurso enunciado, o que querem dizer certas afirmações» (Coutinho, 2015: 222) e esse processo alimentar-se-á da articulação que o/a investigador/a for capaz de fazer entre o quadro concetual que sustenta a sua investigação e as suas competências reflexivas e de descentração da sua visão sobre as coisas para se centrar na visão e opinião das crianças. Quando se trata de investigadores/as jovens, para esta articulação ser mais concreta, pode ser necessária uma orientação de grande proximidade mas não evasiva da autonomia do/a jovem investigador/a (o que aconteceu nos trajetos de investigação de que partimos para esta reflexão); mesmo para investigadores/as mais experientes esta fase é complexa pelas exigências colocadas no processo interpretativo e o jogo entre a subjetividade e o pensamento adulto e o das crianças.

2.3. *As entrevistas com crianças: notas conclusivas*

A investigação com crianças tem vindo a assumir-se e a demonstrar a sua necessidade mas também a sua complexidade. Esta assunção tem vindo a ser demonstrada através de diferentes investigadores/as internacionais mas também nacionais. Neste texto, e com o intuito de valorizar de modo deliberado o que também em Portugal se tem vindo a fazer em investigação com crianças, foi nossa opção destacar em termos de referências teóricas um maior número de autores/as portugueses/as.

Procurámos legitimar a investigação com crianças, pese a sua complexidade, como via para a construção de um conhecimento mais efetivo e sustentado da criança e da infância que nos permita desenvolver quadros e ambientes mais responsivos às necessidades e interesses da própria criança, considerando-a como cidadã. Nesse sentido, refletimos os processos de escuta das vozes, ideias e pensamento das crianças através da investigação qualitativa, descritiva, interpretativa e ética e consideramos a entrevista como um instrumento de recolha de informação (ou dados) apropriado e a utilizar nesse contexto.

A escuta das crianças através de entrevistas, previamente autorizadas e consentidas, e criteriosamente desenvolvidas, deixa perceber as suas perspetivas, as suas ideias e significados sobre si e sobre o mundo que as inclui. Este processo levanta grandes desafios, quer na sua realização quer na sua análise e interpretação, de modo a que a voz da criança se torne produtora de conhecimento sobre si e sobre a infância ou, na perspetiva da *praxis*, contribua para a (re)configuração educativo-pedagógica dos/as educadores/as de infância que primam pela qualidade e, mormente, entendem a criança como sujeito central no quotidiano do jardim de infância (Henriques e Marchão, 2016; Marchão e Henriques, 2014).

Na realidade, a sua efetivação não deve encarar-se de modo simplista, só pelo simples facto de os sujeitos entrevistados serem crianças. Antes, este facto significa um cuidado maior e de exigência de rigor envolvido em compromissos éticos informados e de consentimento com as crianças, os adultos (educadores/as, encarregados/as de

educação ou outros) e com os contextos que incluem as crianças. As exigências são tais, que um/a bom/boa entrevistador/a de adultos pode não o ser com crianças.

Para além da necessidade de mapear com coerência e flexibilidade um bom roteiro de entrevista, ao/à entrevistador/a não se dispensa um conhecimento aprofundado da criança, do modo como ela se desenvolve e aprende e do modo como com ela interage e dialoga. Esses conhecimentos conjugados com a sensibilidade, e até cumplicidade, são performances fundamentais para o consentimento das crianças para a realização e concretização da entrevista, que deverá acontecer em contextos de vida que lhes fomentem segurança e confiança para expressar as suas opiniões, as suas ideias e significados sobre si, sobre os outros e sobre o mundo que vai descobrindo ou até imaginando.

Escutar a voz da criança através de uma entrevista permite-nos conhecê-la e confirmar o seu estatuto e plenitude de direitos.

Referências bibliográficas

- ALVANEL, A. (2015) *O Jogo Simbólico e a Construção da Identidade de Género*. Portalegre: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre. Relatório final apresentado para conclusão do Mestrado em Educação Pré-escolar.
- BENTO, A. (2011) *Promoção da igualdade de género em contexto de educação pré-escolar*. Portalegre: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre. Relatório final apresentado para conclusão do Mestrado em Educação Pré-escolar.
- BOGDAN, R. e BIKLEN, S. (1994) *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- CABRAL, V. (2015) *Educar para a Cidadania Através de Práticas de Igualdade de Género na Educação Pré-escolar*. Portalegre: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre. Relatório Final apresentado para conclusão do Mestrado em Educação Pré-escolar.
- CARMO, H. e FERREIRA, M. (1998) *Metodologia da investigação. Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- COUTINHO, C. P. (2015) *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- CRUZ, A. R. (2012) *A articulação curricular entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico*. Portalegre: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre. Relatório Final apresentado para conclusão do Mestrado em Educação Pré-escolar.
- DAHLBERG, G.; MOSS, P. e PENCE, A. (1999) *Qualidade na educação da primeira infância. Perspectivas pós-modernas*. São Paulo: Artmed.
- DUARTE, J. (2013) *Promoção da Igualdade de Género na Educação Pré-escolar Através do Guião de Educação, Género e Cidadania*. Portalegre: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre. Relatório de Mestrado.
- FERREIRA, M. (2004) «A gente gosta é de brincar com os outros meninos!» *Relações sociais entre crianças num Jardim de Infância*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- FITAS, A. (2012) *A avaliação das aprendizagens na educação pré-escolar: o portefólio das crianças*. Portalegre: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre. Relatório Final apresentado para conclusão do Mestrado em Educação Pré-escolar.
- FOLQUE, A. (2012) *O aprender a aprender no Pré-escolar: o modelo pedagógico do Movimento da Escola Moderna*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GRAUE, M. E. e WALSH, D. (2003) *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- HENRIQUES, H. e MARCHÃO, A. (2016) Educação para a igualdade de género: leituras a partir da realidade de cinco jardins de infância do distrito de Portalegre, Portugal. *Foro de Educación*, 14 (20). Recuperado em 5 de janeiro de 2017 de doi: <http://dx.doi.org/10.14516/fde.2016.014.020.017>, pp. 339-360.
- KINNEY, P. e WHARTON, P. (2009) *Tornando visível a aprendizagem das crianças. Educação infantil em Reggio Emilia*. Porto Alegre: Artmed.
- KISHIMOTO, T. e OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (2013) *Em busca da pedagogia da Infância. Pertencer e participar*. Porto Alegre: Penso.
- MARCHÃO, A. (2012) *No jardim de infância e na escola do 1.º ciclo do Ensino Básico. Gerir o Currículo e criar oportunidades para construir o pensamento crítico*. Lisboa: Edições Colibri.
- MARCHÃO, A. e HENRIQUES, H. (2014) Trajetos de investigação: quando escutamos as vozes das crianças. Em SPCE, *Actas do XII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação* (pp. 1429-1436). Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes.
- MARCHÃO, A. e PORTUGAL, G. (2014) No jardim de infância e na escola do 1.º ciclo do ensino básico: práticas pedagógicas que contribuem para construir o pensamento crítico. Em R. VIEIRA, C. TENREIRO-VIEIRA, I. SÁ-CHAVES e C. MACHADO (orgs.) *Pensamento crítico na educação: perspetivas atuais no panorama internacional* (pp. 93-104). Aveiro: CIDTFF, Universidade de Aveiro.
- MÁXIMO-ESTEVES, L. (2008) *Visão panorâmica da investigação-ação*. Porto: Porto Editora.
- MERTENS, D. M. (1998) *Research methods in Education and Psychology: Integration diversity with quantitative and qualitative approaches*. London: Sage Publication.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (2007) Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma praxis de participação. Em J. OLIVEIRA-FORMOSINHO, T. KISHIMOTO e M. PINAZZA *Pedagogia(s) da Infância. Dialogando com o passado. Construindo o futuro* (pp. 13-36). São Paulo: Artmed.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (2008) *A escola vista pelas crianças*. Porto: Porto Editora.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. e ARAÚJO, S. (2008) Escutar as vozes das crianças como meio de (re)construção de conhecimento acerca da infância: algumas implicações metodológicas. Em J. OLIVEIRA-FORMOSINHO (org.) *A escola vista pelas crianças* (pp. 11-30). Porto: Porto Editora.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. e FORMOSINHO, J. (2013) Perspectiva pedagógica da Associação Criança: Pedagogia-em-Participação. Em T. KISHIMOTO e J. OLIVEIRA-FORMOSINHO, (orgs.) *Em busca da pedagogia da infância. Pertencer e participar* (pp. 188-216). Porto Alegre: Penso.
- PINAZZA, M. e KISHIMOTO, T. (2008) Prefácio. Em J. OLIVEIRA-FORMOSINHO (org.) *A escola vista pelas crianças* (pp. 7-10). Porto: Porto Editora.
- PRATES, M. (2014) *Educação para a igualdade de género: um estudo de caso numa instituição de educação de infância*. Portalegre: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre. Dissertação de Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco.
- SOUSA, A. (2005) *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TOMÁS, C. (2011) *Há muitos Mundos no Mundo: cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Porto: Afrontamento.
- VASCONCELOS, T. (2016) *Aonde pensas tu que vais? Investigação etnográfica e estudos de caso*. Porto: Porto Editora.
- VILELAS, J. (2009) *Investigação. O processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.